



Violência sexual em crianças e adolescentes no estado de Alagoas: uma análise epidemiológica

Brennda Eduarda Costa Freitas¹, Lahys Layane de Souza Ramos¹, Anne Carolina Lima dos Santos¹, Caroline de Albuquerque Alencar¹, Lara Maria Silva Monteiro¹, Maria Clara Chada Mendes¹, Murilo de Oliveira Resende Neto¹, Ana Carolina Cansanção Melro², Charlyse Gomes de Lima³, Lorena Guedes Santos de França³, Beatriz Metedeiro Nunes Câmara⁴, Gabriel dos Santos Machado da Cunha⁴, Dayse Scoot dos Santos Lessa⁵, Paula Thais Cardoso Menezes⁶, Victor Menezes Cardoso⁷, Bernadete Barros Ceryno⁸.

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Introdução: A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida pela exposição da vítima a atos sexuais que ela não tem capacidade para compreender ou consentir e para os quais não está adequadamente preparada, sendo cometida por uma figura de autoridade. O setor de saúde frequentemente atua como a porta de entrada para vítimas que procuram ajuda quando as lesões decorrentes de qualquer tipo de violência tornam isso necessário. Diante da relevância do tema no contexto da saúde pública, esse estudo tem como objetivo analisar a epidemiologia da violência sexual infantojuvenil no estado de Alagoas.

Metodologia: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa epidemiológica analítica do tipo transversal, utilizando dados secundários relacionados à incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes. Baseia-se na análise das notificações registradas pelo Ministério da Saúde do Brasil no período de 2019 a 2023, especificamente para o estado de Alagoas, provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Resultados: os resultados apresentados revelam um cenário preocupante de violência sexual contra crianças e adolescentes em Alagoas, que demanda uma resposta urgente. É essencial que as políticas públicas não apenas ampliem a proteção e os direitos já garantidos pela legislação, mas também sejam eficazes na prevenção e no combate a todas as formas de violência sexual, com especial atenção às que ocorrem no ambiente familiar e que afetam principalmente meninas e adolescentes, que se mostram mais vulneráveis segundo os dados analisados. **Considerações finais:** No estado de Alagoas, a apresentação dos dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é essencial para entender a magnitude e a especificidade do problema na região. A visibilidade dos dados também é importante para fomentar um debate público informado, incentivar a denúncia de casos e apoiar a implementação de políticas públicas que protejam as crianças e adolescentes. Assim, o enfrentamento da violência sexual passa a ser uma prioridade coletiva, integrando diversos setores da sociedade em uma resposta coordenada e eficaz.

Palavras-chave: “violência sexual”, “violência infanto-juvenil”, “direito das crianças e adolescentes”.

Sexual violence against children and adolescents in the state of Alagoas: an epidemiological analysis

ABSTRACT

Introduction: Sexual violence against children and adolescents is defined as the exposure of the victim to sexual acts that they are unable to understand or consent to and for which they are not adequately prepared, and which are committed by an authority figure. The health sector often acts as the gateway for victims seeking help when injuries resulting from any type of violence make it necessary. Given the relevance of the topic in the context of public health, this study aims to analyze the epidemiology of sexual violence against children and adolescents in the state of Alagoas. **Methodology:** This study is characterized as an analytical epidemiological research of the cross-sectional type, using secondary data related to the incidence of sexual violence against children and adolescents. It is based on the analysis of notifications registered by the Brazilian Ministry of Health in the period from 2019 to 2023, specifically for the state of Alagoas, from the Information System for Notifiable Diseases (SINAN). **Results:** the results presented reveal a worrying scenario of sexual violence against children and adolescents in Alagoas, which demands an urgent response. It is essential that public policies not only expand the protection and rights already guaranteed by law, but also be effective in preventing and combating all forms of sexual violence, with special attention to those that occur in the family environment and that mainly affect girls and adolescents, who are more vulnerable according to the data analyzed. **Final considerations:** In the state of Alagoas, the presentation of data on sexual violence against children and adolescents is essential to understand the magnitude and specificity of the problem in the region. The visibility of the data is also important to foster an informed public debate, encourage the reporting of cases and support the implementation of public policies that protect children and adolescents. Thus, tackling sexual violence becomes a collective priority, integrating different sectors of society in a coordinated and effective response.

Keywords: “sexual violence”, “child and youth violence”, “children and adolescents’ rights”.

Instituição afiliada – Discente de Medicina do Centro Universitário Cesmac¹, Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca², Discente de Medicina da Universidade Federal de Alagoas – Campus Maceió³, Discente de Medicina da Universidade Estadual de Ciência da Saúde e Alagoas⁴, Discente de Medicina do Centro Universitário Unima-Afya⁵, Doutoranda em Clínica Médica - Universidade de São Paulo⁶, Doutorando em Saúde Pública - Universidade de São Paulo⁷, Docente do Centro Universitário Cesmac⁸.

Dados da publicação: Artigo recebido em 03 de Julho e publicado em 23 de Agosto de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n8p-3853-3866>

Autores correspondentes: Brennda Eduarda Costa Freitas beduardacf@gmail.com

Lahys Layane de Souza Ramos lahysramos@hotmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, é assegurado que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetido a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. A lei prevê punição para qualquer violação, seja por ação ou omissão, que comprometa seus direitos fundamentais. Foi devido ao ECA que o reconhecimento da questão se tornou mais evidente, e a notificação de violência contra crianças e adolescentes passou a ser obrigatória para profissionais de saúde e educação (Brasil, 2003).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida pela exposição da vítima a atos sexuais que ela não tem capacidade para compreender ou consentir e para os quais não está adequadamente preparada, sendo cometida por uma figura de autoridade. (OMS, 2002) Esse tipo de violência pode se manifestar de várias formas, incluindo comentários indesejados, ameaças, coerção, intimidação psicológica e penetração, resultando em danos psicológicos, sociais e físicos (Boutchart, 2006).

Dessa forma, a violência sexual é uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública complexo, endêmico e multifacetado (Werneck; Gonçalves; Vasconcelos, 2014). Seu impacto é profundo, afetando não apenas o desenvolvimento das vítimas, mas também as pessoas ao seu redor. Devido à sua natureza multicausal, a violência sexual deve ser enfrentada de maneira integrada pelos diversos setores envolvidos, como saúde, educação e justiça, que devem colaborar em uma abordagem conjunta para enfrentar esse problema de forma eficaz (Brasil, 2013).

O setor de saúde frequentemente atua como a porta de entrada para vítimas que procuram ajuda quando as lesões decorrentes de qualquer tipo de violência tornam isso necessário (Ramos et al, 2002). Nesse contexto, os médicos desempenham um papel crucial, pois, além de estarem atentos aos possíveis fatores de risco identificados durante a anamnese, podem examinar sinais de negligência e evidências de violência física ou sexual durante o exame físico (Teixeira et al, 2023). Reconhecer crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é fundamental para os profissionais de saúde, pois o



reconhecimento rápido permite a intervenção precoce, o que é fundamental para minimizar os danos físicos e emocionais. Além disso, identificar os sinais de abuso ajuda a garantir a proteção imediata da vítima e a prevenir a continuidade ou escalada da violência (Delziovo et al, 2017).

A detecção de violência sexual permite a prestação de cuidados médicos adequados, incluindo o tratamento de lesões físicas e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (Deslandes, 2016). O exame médico pode revelar lesões físicas resultantes do abuso, como hematomas, lacerações ou fraturas. O tratamento imediato dessas lesões é crucial para minimizar o sofrimento, promover a cicatrização e prevenir complicações adicionais. A documentação e o tratamento dessas lesões também fornecem evidências importantes para investigações legais (Brasil, 2013). Embora o cuidado físico seja primordial, na identificação desses casos também deve-se incluir a avaliação do impacto psicológico. O acompanhamento com profissionais de saúde mental, como psicólogos e psiquiatras, pode ajudar a vítima a lidar com o trauma emocional e oferecer suporte para a recuperação mental (Lima; Schneider, 2018).

Diante da relevância do tema no contexto da saúde pública, esse estudo tem como objetivo analisar a epidemiologia da violência sexual infantojuvenil no estado de Alagoas.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa epidemiológica analítica do tipo transversal, utilizando dados secundários relacionados à incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes. Baseia-se na análise das notificações registradas pelo Ministério da Saúde do Brasil no período de 2019 a 2023, especificamente para o estado de Alagoas, provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a principal fonte de dados para vigilância epidemiológica no país.

Os dados são extraídos e organizados de forma a identificar a incidência de casos de violência sexual em crianças e adolescentes, considerando variáveis como idade, gênero e ano de ocorrência. A análise é descritiva, buscando identificar padrões e tendências ao longo dos anos estudados. Para isso, são utilizadas estatísticas simples, como frequências absolutas e relativas, médias, além de taxas de incidência e mortalidade. Gráficos e tabelas são



confeccionados para ilustrar a distribuição dos casos ao longo do tempo, bem como entre diferentes cidades e faixas etárias. Comparações temporais são realizadas para identificar padrões e tendências no perfil epidemiológico. O software *Microsoft Excel* é empregado tanto para a análise dos dados quanto para a criação dos gráficos e tabelas.

Por se tratar de um estudo com uso exclusivo de dados secundários e de domínio público, coletados pelo Ministério da Saúde, conforme a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, dispensa-se a necessidade de aprovação ética para pesquisas que utilizam informações públicas e sem possibilidade de identificação dos sujeitos. Dessa forma, garante-se o cumprimento das normas éticas e legais vigentes, assegurando a confidencialidade e a privacidade dos dados analisados.

RESULTADOS

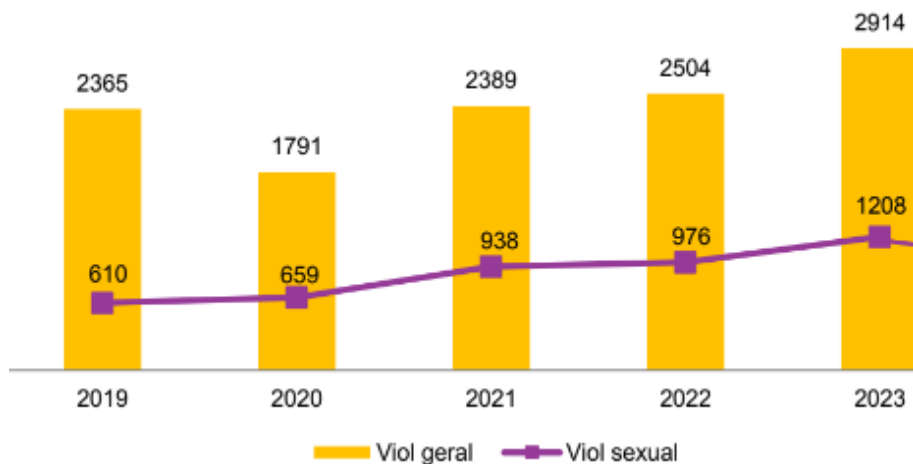
Estudos têm exaustivamente demonstrado que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em todos os estratos sociais, não se limita a determinada etnia ou credo, independe de regimes políticos e econômicos, pode atingir crianças e adolescentes em todas as faixas etárias dentro e fora do ambiente familiar e sua frequência é bem maior do que a estimada. Suas repercussões na saúde das crianças e adolescentes perpassam pela esfera psicológica, física, sociocomportamental e sexual, variando desde fobias, dores sem causa aparente, anorgasmia, ninfomania, até comportamentos considerados antissociais como a prostituição, pedofilia e perpetuação de ciclos de violência (Paixão, Deslandes, 2010).

A mudança de paradigmas, no que tange aos direitos da criança operada no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, reflete-se em todas as áreas do conhecimento. Com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a sociedade, como um todo, assim como o sistema de Justiça Infanto-Juvenil, necessitou reestruturar-se a fim de atender às novas normas, embasadas no princípio de que a criança é pessoa em desenvolvimento, é sujeito de direitos e é prioridade absoluta (Azambuja, 2006).

A violência sexual caracteriza-se por uma relação de poder abusiva. A violência sexual contra crianças e adolescentes é compreendida como abusiva porque ocorre uma transgressão dos limites, um abuso de poder estabelecido

em uma relação que envolve atores com poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias. De um lado existe uma pessoa em posição de poder, de autoridade ou força física e do outro uma pessoa que - devido ao seu desenvolvimento ou imaturidade - é incapaz de entender a totalidade dos elementos constitutivos da relação da natureza do contato sexual e, mesmo quando entende, não está apta a concordar (Lima, et., 2014).

Gráfico 1 - Frequência das notificações da violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas - 2019 a 2023.



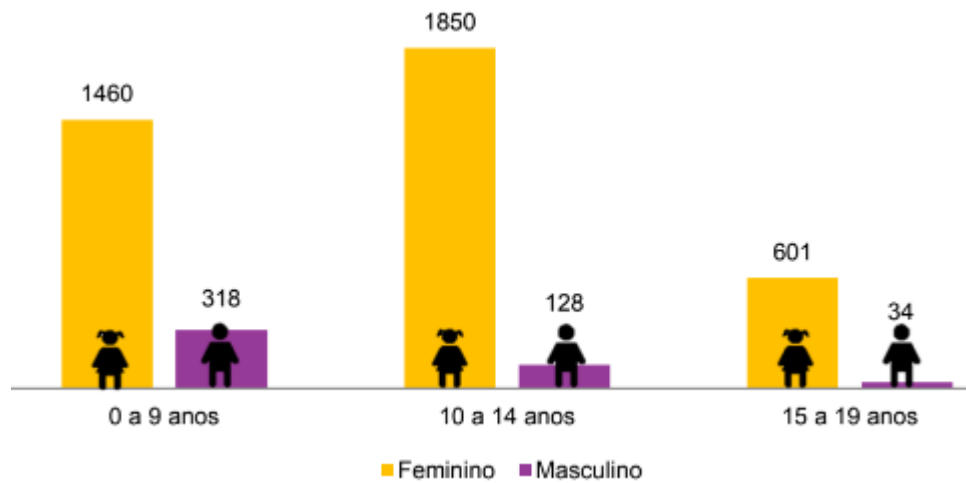
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ministério da Saúde. 2024

O gráfico mostra a evolução dos casos de violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas entre 2019 e 2023. Observa-se um aumento constante nas notificações de violência geral ao longo dos anos. Em 2019, foram registrados 2.365 casos, e em 2023 esse número subiu para 2.914. As notificações de violência sexual também mostram uma tendência de crescimento, passando de 610 casos em 2019 para 1.208 em 2023. Essa tendência crescente indica uma maior visibilidade e/ou aumento real dos casos de violência contra menores, sugerindo a necessidade de políticas públicas mais eficazes para prevenir e combater essas situações.

No mais observa-se que as meninas são as principais vítimas em todas as faixas etárias analisadas (gráfico 2). Para a faixa etária de 0 a 9 anos, foram notificados 1.460 casos de violência contra meninas, comparados a 318 casos contra meninos. Na faixa de 10 a 14 anos, essa diferença é ainda mais acentuada, com 1.850 notificações de violência contra meninas e apenas 128 contra meninos. Já na faixa de 15 a 19 anos, 601 meninas foram vítimas de

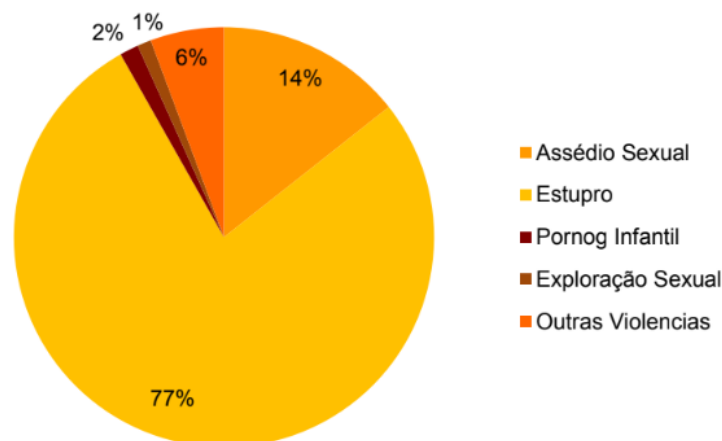
violência, enquanto o número de meninos foi de 34. Esses dados indicam uma maior vulnerabilidade no sexo feminino, especialmente durante a pré-adolescência e adolescência, à violência geral e sexual.

Gráfico 2 - Frequência das notificações da violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas de acordo com o sexo e idade - 2019 a 2023.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ministério da Saúde. 2024

Gráfico 3 - Frequência das notificações da violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas de acordo com o tipo de violência sexual - 2019 a 2023.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ministério da Saúde. 2024

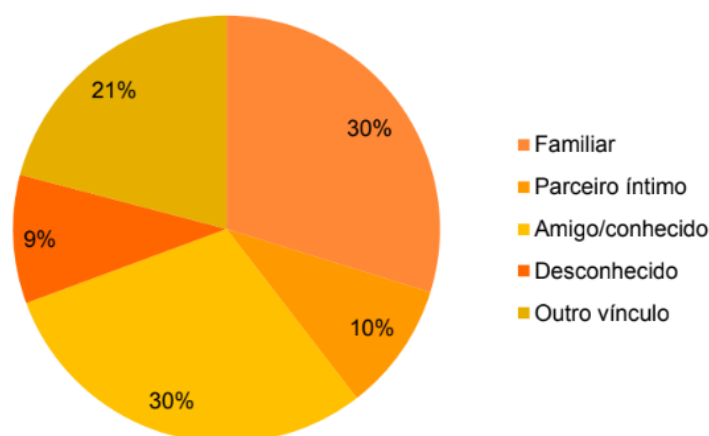
No gráfico acima foi mostrado a distribuição das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas entre 2019 e 2023, segmentada por tipo de violência. A grande maioria das notificações (77%)

refere-se a estupro, sendo essa a forma predominante de violência sexual na região. O assédio sexual aparece em segundo lugar, representando 14% das notificações, seguido por exploração sexual (6%), pornografia infantil (2%) e outras formas de violência (1%). Esses dados sugerem que o estupro é o maior desafio a ser enfrentado no combate à violência sexual contra menores em Alagoas.

O abuso sexual pode ser tanto extrafamiliar como intrafamiliar. O intrafamiliar envolve relação sexual entre pessoas com grau próximo de parentesco sanguíneo ou por afinidade. O extrafamiliar é quando incide fora do seio familiar, ou seja, o abusador é alguém com quem não se tem grau de parentesco algum e pode ou não envolver pagamento. Quando envolve pagamento configura-se como exploração comercial (Lima, et al., 2014).

Abaixo (gráfico 4) é retratado a frequência das notificações de violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas, de acordo com o vínculo do agressor, no período de 2019 a 2023. Os dados revelam que 30% das notificações envolvem agressores que são familiares das vítimas, o que destaca o risco significativo de violência dentro do ambiente doméstico. Outro 30% das notificações referem-se a agressores que são parceiros íntimos, indicando uma alta incidência de violência perpetrada por cônjuges ou companheiros próximos. Em 10% dos casos, os agressores são amigos ou conhecidos das vítimas, enquanto 9% das notificações envolvem agressores desconhecidos. Por fim, 21% dos casos enquadram-se na categoria de "outro vínculo".

Gráfico 4 - Frequência das notificações da violência geral e sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas de acordo com o vínculo do agressor - 2019 a 2023.





Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ministério da Saúde. 2024

Por fim, foi levantado os dados de número de partos de meninas na faixa etária de até 14 anos (Tabela 1). É possível ver que a maioria dos casos acontecem na capital do estado, Maceió, com 113 casos de partos.

Tabela 1 - Frequência de partos realizados em meninas até 14 anos - de acordo com município de origem

Município	Número de Partos em Meninas até 14 anos
Maceió	113
Arapiraca	33
Santana do Ipanema	24
Porto Calvo	16
Palmeira dos Índios	13
Delmiro Gouveia	12
São Miguel dos Campos	10
Coruripe	8
União dos Palmares	8
Penedo	7
Batalha	3
Campo Alegre	2
Joaquim Gomes	2



Pilar	2
São Luís do Quitunde	2
Teotônio Vilela	2
Viçosa	2
Cajueiro	1
Capela	1
Ibateguara	1
Piranhas	1
TOTAL	264

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ministério da Saúde. 2024

A análise dos gráficos e dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas, entre 2019 e 2023, revela uma realidade alarmante que persiste mesmo com as políticas públicas existentes. Esses números, por si só, reforçam a urgência de um debate mais profundo e contínuo sobre essa questão tão sensível.

O aumento constante das notificações de violência geral e sexual durante esse período, como mostrado no Gráfico 1, pode ser interpretado de diferentes maneiras. De um lado, pode indicar um crescimento real desses crimes, o que seria extremamente preocupante. De outro, esse aumento pode refletir uma maior conscientização sobre o problema, resultando em mais denúncias e notificações, fruto de políticas públicas e campanhas de sensibilização. Independentemente da causa, o crescimento nas notificações nos alerta para a necessidade de medidas mais eficazes de prevenção e proteção para crianças e adolescentes. Além disso, é crucial que se ofereça suporte psicológico adequado às vítimas e que se assegure melhores condições de vida e segurança no ambiente em que vivem.



A maior incidência de violência contra meninas, evidenciada nos dados, pode estar relacionada a fatores culturais, como a objetificação do corpo feminino e a desigualdade de gênero.

Em resumo, os resultados apresentados revelam um cenário preocupante de violência sexual contra crianças e adolescentes em Alagoas, que demanda uma resposta urgente. É essencial que as políticas públicas não apenas ampliem a proteção e os direitos já garantidos pela legislação, mas também sejam eficazes na prevenção e no combate a todas as formas de violência sexual, com especial atenção às que ocorrem no ambiente familiar e que afetam principalmente meninas e adolescentes, que se mostram mais vulneráveis segundo os dados analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado de Alagoas, a apresentação dos dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é essencial para entender a magnitude e a especificidade do problema na região. Analisando as notificações de 2019 a 2023, pode-se identificar padrões e tendências que informam políticas públicas e ações de prevenção. Esses dados ajudam a direcionar recursos e esforços para as áreas mais afetadas, além de permitir a avaliação da eficácia das medidas implementadas.

Debater sobre abuso e violência sexual em crianças e adolescentes é crucial, pois esses atos não apenas violam os direitos humanos fundamentais, mas também têm profundas consequências para a saúde física e mental das vítimas. Crianças e adolescentes que sofrem violência sexual frequentemente enfrentam traumas psicológicos, que podem resultar em transtornos como depressão, ansiedade, e estresse pós-traumático. Além disso, podem sofrer com problemas de saúde física, incluindo lesões, doenças sexualmente transmissíveis e gravidezes indesejadas.

A violência sexual também impacta significativamente a saúde pública. A identificação e o tratamento das vítimas exigem recursos substanciais dos sistemas de saúde, educação e justiça. Ao discutir e abordar esse tema, a sociedade pode desenvolver estratégias de prevenção mais eficazes, além de melhorar os serviços de apoio às vítimas. Promover a conscientização pública e



a educação sobre os sinais de abuso pode ajudar na detecção precoce e na intervenção, diminuindo as consequências a longo prazo.

A visibilidade dos dados também é importante para fomentar um debate público informado, incentivar a denúncia de casos e apoiar a implementação de políticas públicas que protejam as crianças e adolescentes. Assim, o enfrentamento da violência sexual passa a ser uma prioridade coletiva, integrando diversos setores da sociedade em uma resposta coordenada e eficaz.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ministério da Saúde. Decreto n. 7.958, de 13 de março de 2013. Diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 mar. 2013. Seção 1, p. 1.

BUTCHART, Alexander. Prevenção de maus-tratos infantis: um guia para agir e gerar evidências. Organização Mundial da Saúde; 2006. 90.

DELZIOVO, C. R. et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, e00002716, p.1-13, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X0000271

DESLANDES, S. F. et al. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 865-877, 2016. DOI: 10.1590/1807- 57622015.0405

LIMA, F. C, E Schneider, D. R. (2018). Características da atuação do psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 347-362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>

LIMA, José Wilson de et al. Violência sexual infantojuvenil: O que dizem os documentos do juizado?. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 2-24, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS; 2002.



PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 114-126, 2010.

RAMOS De Souza E., GONÇALVES De Assis S., DE CARVALHO F., ALZUGUIR V. Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. Vol. 2, Rev. bras. saúde matern. infant. 2002. DOI:[10.1590/S1519-38292002000200003](https://doi.org/10.1590/S1519-38292002000200003)

TEIXEIRA F.F; Gomes B. de S.; de Oliveira V. V.; Leite R. V.; Acolhimento de vítimas de violência sexual nos serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*. 2023;32(3).

WERNECK, A. F., GONÇALVES, I. B., VASCONCELOS, M. G. O. M. (2014). O essencial é invisível aos olhos: Impactos da violência sexual na subjetividade de crianças e de adolescentes. In B. R. dos Santos, I. B. Gonçalves & G. Vasconcelos (Orgs.), *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: Aspectos teóricos e metodológicos* (pp. 69-90). Universidade Católica de Brasília. http://prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescent e/Escuta_violencia_sexual.pdf